A PARTICIPAÇÃO DO ENTORNO NOS ESPAÇOS COLEGIADOS: CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE

Luana Costa Almeida
LOED/FE-UNICAMP/FAPESP – luanaca@gmail.com

RESUMO

Dentre as possibilidades de análise da questão da qualidade educacional percebemos a riqueza de tomarmos a gestão democrática como ponto de estudo, a qual requer o envolvimento dos diferentes atores. Nosso objetivo é discutir a utilização das instâncias colegiadas como meio de participação do entorno nas escolas. É resultado de parte das análises de pesquisa de doutorado, cuja metodologia contou com observação, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Percebemos que há diferenças marcantes na utilização dos espaços oficiais pelas escolas da amostra, sendo a localização das escolas e as características da população, assim como a abertura das escolas para esta participação, fatores possivelmente reveladores da participação dos sujeitos nos espaços colegiados.

Palavras-Chave: Escola – Espaços colegiados – Entorno Social

Quer no âmbito das políticas públicas educacionais, das pesquisas da área ou no interior das próprias instituições escolares a questão da qualidade educacional tem sido ponto de debate e disputa. A recente expansão do Ensino Fundamental no Brasil, quase universalizado na década de 1990, não tem se configurado como garantia de sua democratização pensada como o compromisso com o acesso, permanência e qualidade, aspecto já evidenciado por diversos pesquisadores com diferentes enfoques (FERRÃO, BELTRÃO e SANTOS, 2002; OLIVEIRA, 2007; FREITAS, 2007; 2012, dentre outros).

Pensar na democratização do ensino é pensar em condições que possibilitem às crianças e jovens ingressarem, permanecerem e se apropriarem de uma educação de qualidade social, a qual "[...] não se restringe a fórmulas matemáticas, tampouco a resultados estabelecidos *a priori* e a medidas lineares descontextualizadas" (SILVA, 2009, p. 223, grifos do autor), mas sim a uma formação mais ampla que possibilite o desenvolvimento de diversos aspectos do ser social na perspectiva de uma formação

omnilateral (FRIGOTTO, 1996) a qual só se consolida a partir do trabalho integrado entre os diferentes atores envolvidos (escola, família, comunidade/bairro e Estado).

Uma das dimensões dessa construção é dada pela perspectiva da gestão democrática, em que os diversos segmentos da escola (gestores, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade/bairro) podem, a partir dos espaços de participação coletiva, pensar sobre a realidade da instituição escolar e os rumos para ela almejados. Espaços estes garantidos legalmente e recorrentemente citados como importantes meios de participação, embora nem sempre assumidos e ocupados para tal partilhamento de decisões, muitas vezes, como denuncia Freire (2007), por falta de uma cultura de participação geral de nossa sociedade, que, como discute Paro (2007a), exigiria formação para participação.

Pensar a gestão democrática é assumir para a discussão de forma coletiva a concretude das práticas escolares, em que os diversos sujeitos podem modificar os rumos da instituição, tendo em vista que é "[...] dos diversos atores aí envolvidos, e das ações e relações que aí se desenvolvem, que depende, em última instância, a realização de qualquer projeto de escola pública de qualidade" (PARO, 2007a, p. 27).

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo discutir a utilização das instâncias colegiadas existentes nas escolas pesquisadas como meio de participação do entorno[1] nas instituições, de forma a problematizar sua real utilização para aproximação e partilhamento de decisões. Ele é fruto de um recorte da pesquisa de doutorado que procura compreender a relação entre o desempenho escolar de alunos de quatro diferentes escolas municipais da cidade de Campinas, no estado de São Paulo-Brasil, e sua localização territorial nas diferentes zonas de vulnerabilidade social do município[2]. O período de coleta de dados da pesquisa se deu entre agosto de 2010 e janeiro de 2012. Além da observação sistemática das escolas, foram entrevistados 150

[1] Ao falarmos em entorno (escolar) estamos nos referindo ao contexto territorial entendido tanto como o espaço físico (estrutura e serviços disponíveis), quanto como espaço socioeconômico e cultural em que a escola se localiza e seus alunos habitam, abarcando tanto as famílias dos alunos e o território em que elas residem, como outros sujeitos que ali vivem e se relacionam (a comunidade como um todo). Ou seja, ao falarmos em entorno estamos nos referindo à família/comunidade/bairro.

[2] A amostra da pesquisa de doutorado foi composta a partir do cruzamento dos dados de duas grandes pesquisas: uma avaliação longitudinal que pôde medir o valor agregado médio das escolas pesquisadas e a outra que mapeou as zonas de vulnerabilidade social do município estudado. A partir do cruzamento dos dados dessas pesquisas elegemos quatro escolas para o estudo, utilizando como critério a localização espacial e o desempenho (duas com mesmo desempenho e localizadas em zonas de vulnerabilidade opostas e duas com desempenhos opostos e localizadas na mesma zona de vulnerabilidade).

sujeitos (12 gestores, 23 professores, 21 funcionários, 50 pais/responsáveis, 40 alunos e 4 líderes comunitários) e desenvolvidos quatro grupos focais (um em cada instituição com representantes dos diversos segmentos da escola).

No presente estudo nossa abordagem se concentrou na análise das observações e entrevistas semiestruturadas feitas com diferentes sujeitos das quatro escolas públicas da amostra, procurando compreender quais são as formas de participação nas escolas, especialmente em relação à sua abertura ao entorno escolar, em especial quanto aos espaços colegiados destinados a este fim. Neste recorte extraímos para análise os episódios[3] que se relacionavam com a participação da família e/ou comunidade/bairro nas escolas.

AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS: ESPAÇOS OFICIAIS DE PARTICIPAÇÃO

Entendendo o processo de gestão democrática das escolas como a participação dos diversos atores em busca da construção de uma instituição educativa comprometida com uma formação de qualidade e adequada aos anseios da comunidade, é essencial pensarmos sobre os espaços oficiais de participação colegiada nas instituições, tanto por seu potencial para efetivação da participação dos diversos atores na escola, quanto pela necessidade de entendimento acerca do uso que cada instituição faz destes espaços, já que seria ingênuo acreditar que a exigência legal de tais espaços garantiria sua real utilização, ingenuidade já desfeita por pesquisas que se propuseram a conhecer a questão (ALGEBAILE, 2002; AREDES, 2002; LIMA, 2005; ZARGIDSKY, 2006; CARDOSO, 2011, para citar algumas).

Nesta perspectiva e a partir da realidade da rede estudada, tomamos para análise as duas instâncias colegiadas de participação observadas como existentes durante o período de nossa coleta de dados, sejam elas o Conselho de Escola (CE), instância nacionalmente instituída com poder deliberativo e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), instância constituinte da proposta de Avaliação Institucional (AI) efetivada como política do município estudado sem poder deliberativo, mas pretensamente

[3] Estamos nomeando como episódios os trechos/dados que façam referência a uma determinada temática de análise, seja ele dado quantitativo acerca de determinado aspecto do bairro/escola ou trecho de observação (registrada em diário de campo), entrevista semiestruturada ou grupo focal. Nossos dados foram armazenados em banco próprio de forma a separarmos nossos achados em episódios por escola, segmento e temática. No banco original temos 3105 episódios registrados.

possibilitadora de discussões e análises que possam informar as decisões gerais da escola, em especial a construção e avaliação de seu Projeto Pedagógico (PP), ambas de existência legalmente garantida e requerida, não sendo, desta forma, opcionais.

A proposta da constituição de Conselhos de Escola tem respaldo legal tanto em âmbito federal, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que definiu a implantação da gestão democrática nas escolas públicas, adotando como uma das estratégias a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes (art. 14, inciso II), quanto em âmbito municipal, criado na cidade estudada pela Lei nº 6.662/91, que já reconhecia a instância como responsável pela articulação entre a comunidade escolar e a comunidade local, a discussão das questões pertinentes à unidade, a co-gestão e fiscalização do dinheiro movimentado pelas escolas.

O Conselho de Escola pretende a concretização da participação dos diferentes segmentos da escola, se configurando como um espaço de debate que visa permitir a explicitação dos interesses e reivindicações de todos os envolvidos, se constituindo como importante espaço para a garantia da democracia escolar (LIMA, 1998; PARO, 2000; MORAES, 2009). É uma instância colegiada de cunho deliberativo que possui como diretriz, segundo a legislação que a embasa, ser um centro permanente de debates e articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a solução dos conflitos que possam interferir em seu funcionamento, administrativos e pedagógicos.

A Comissão Própria de Avaliação é um colegiado formado por representantes dos diferentes segmentos escolares e tem como objetivo coordenar e articular o processo interno de Avaliação Institucional, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados para a unidade escolar, de forma a ser um importante *lócus* de reflexão acerca da instituição e possibilitadora de ações para a construção de sua melhoria, sendo, dessa forma, importante para "[...] dinamizar o processo [de avaliação da escola] e articular os esforços na direção dos interesses coletivos" (SORDI, 2009).

A Avaliação Institucional é uma proposta de avaliação com base na concepção da gestão democrática, a qual acredita na participação e mobiliza esforços para que ela ocorra, permitindo que todos sejam envolvidos nesse movimento. Ela objetiva que o coletivo da escola reflita seus problemas, dificuldades e potencialidades de forma a

avançar nas questões educativas, se mobilizando tanto internamente quanto externamente, inclusive a partir da demanda de ações aos órgãos públicos para que as mudanças possam ocorrer.

Este nível da avaliação educacional é um importante instrumento para o trabalho na escola, "[...] envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela." (Freitas *et al*, 2009, p. 35), possibilitando que a partir da reflexão coletiva emerjam propostas de mudança na perspectiva de uma (re) construção dos objetivos e ações da instituição.

> Com a avaliação institucional o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estruture situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com as melhorias concretas na escola (Idem, p. 38).

Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação possui papel imprescindível nessa proposta, já que não há dúvida de que sendo uma prática necessariamente democrática a Avaliação Institucional pressupõe a formação dos sujeitos envolvidos, de forma a possibilitar que sejam capazes de pensar e resolver suas questões e conflitos através de uma política de participação, de autocrítica e auto legislação (LEITE, 2005), formação a qual tem como espaço essencial as reuniões e trabalhos da referida comissão.

Na rede estudada a Avaliação Institucional foi instituída como política para todas as escolas do Ensino Fundamental a partir de dezembro de 2007 (SOUZA; ANDRADE, 2009), ganhando as delimitações mais específicas a partir da Resolução SME Nº 05/2008 que estabelece as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação nessas instituições.

INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO: ESPAÇOS (NÃO) OCUPADOS

Ao pesquisar a relação entre a escola e seu entorno é improvável que não nos deparemos com indagações acerca dos espaços reservados à participação dos diferentes segmentos na instituição. Ainda que anunciadamente democráticas em seus Projetos

Pedagógicos nem todas as escolas ocupam e permitem a ocupação de seus espaços de participação da mesma forma, não sendo desconhecidas realidades em que, embora ditas democráticas, as decisões são tomadas pelos gestores sem que a voz dos demais segmentos seja ouvida (ZARGIDSKY, 2006).

De modo geral, as escolas de nossa amostra assumem como espaços de participação dos diferentes segmentos a Comissão Própria de Avaliação e o Conselho de Escola, os quais são obrigatórios às escolas municipais de Ensino Fundamental da rede estudada, como evidenciado anteriormente.

Embora nem todas as escolas tenham instâncias fortemente organizadas, com ações visíveis e representantes do entorno, observamos sua existência e maior ou menor impacto no trabalho da escola em dependência da apropriação das mesmas pelas escolas, sendo visíveis as diferenças entre as instituições quanto à utilização real destes espaços.

As escolas EA[4] e EB são as de maior nível socioeconômico da amostra e localizadas em bairros com melhor situação de infraestrutura e de escolaridade da população. São as que apresentam uma maior abertura para seu entorno, tanto cotidianamente quanto em relação aos espaços e reuniões.

As escolas EC e ED possuem menor nível socioeconômico e estão localizadas em bairros mais empobrecidos, com problemas de infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos, e com população de menor nível de escolaridade. A abertura dessas escolas para seu entorno é complicada, havendo dificuldade no acolhimento das famílias (clima não amistoso e entrada nas escolas dificultada pelas normas de horário e espaço de atendimento) e desorganização na agenda (marcação e remarcação de eventos e reuniões sem antecedência).

Neste sentido, algo que nos chama a atenção é a "coincidência" entre o funcionamento de instâncias colegiadas em relação à observação das escolas acerca de sua localização e abertura ao entorno, em que nas escolas EA e EB há a presença de espaços de participação coletiva visíveis e com ações mais evidentes, enquanto nas escolas EC e ED estes espaços não têm a mesma visibilidade.

[4] Para manter o anonimato das escolas, cumprindo acordo feito antes do início da pesquisa, estamos denominando as escolas da amostra como EA; EB; EC; ED e seus sujeitos pelo segmento ao qual estão ligados.

Em relação à Comissão Própria de Avaliação, nas escolas EA e EB ela é bastante visível, sendo citada nas entrevistas pela equipe gestora e seus membros, além de terem ações reconhecidas nas escolas, como organização de eventos, demanda a órgãos públicos e representação em comissões específicas para encaminhamento de alguma questão da instituição.

> EA:
>
> [E quais são as ações que vocês promovem para chamar esta participação?] As ações são: CPA, Conselho e investimos muito chamando os pais a participarem fazendo as reuniões ou à noite ou num sábado para poder contar com a participação da comunidade. [...] (Entrevista, EA, Gestor 1).
>
> [Em quais situações você interage com a comunidade?] Se tem alguma manifestação. Por exemplo, a reforma inacabada da escola em que fomos fazer uma manifestação e entregar um documento ao secretário. Ela [a proposta] partiu da CPA da escola (Entrevista, EA, Professor 5).
>
> EB:
>
> Conversando com o gestor ele me contou que a CPA mandou carta para a EMDEC **[**Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas**]** pedindo sinalização em frente à escola. Contou que embora a CPA tenha assinado, a resposta veio endereçada à Direção, ele acha que há desconhecimento sobre a Comissão e por isso fez um carimbo para a CPA da escola de forma a mostrar sua legitimidade (Diário de Campo, EB, 4/11/2010).
>
> [Você acha que a escola tem ações que promovem a participação da comunidade?] Tem. Vejo que a comunidade participa muito mais com a CPA. Porque a CPA tem uma regularidade de reuniões muito maior que o Conselho. A gente já fazia esse trabalho no Conselho de Escola, mas o Conselho são cinco reuniões por ano e a CPA é quinzenal, então os pais percebem mais o movimento da escola, eles entendem mais a escola. [...] (Entrevista, EB, Gestor 1).
>
> [...] [E esta iniciativa de resgatar as festas partiu de quem?] Nossa mesmo. Acho que principalmente depois da CPA, porque inclusive com a CPA é que surgiu essa vontade de resgatar, tanto em nós, quanto nos pais. Foi esse pessoal que participa da CPA que foi fazendo este movimento (Entrevista, EB, Professor 5).

Nas escolas EC e ED a Comissão Própria de Avaliação não funciona tão bem, a tentativa mais efetiva de criação se deu em 2011 e não foi bem sucedida, com reuniões espaçadas e sem a presença de todos os segmentos, não sendo possível perceber durante a coleta de dados o reconhecimento da instância pelos segmentos da escola, embora nas

entrevistas alguns gestores tenham-na citado como forma de participação da comunidade.

> EC:
>
> Durante resposta ao roteiro de caracterização da escola o entrevistado, também coordenador da CPA, disse que "a CPA não deu IBOPE na escola", uma vez que foi imposta. Segundo ele, não existe participação dos professores na CPA (Diário de Campo, EC, 06/08/2010).
>
> [Você acha que a escola tem ações que promovem a participação da comunidade?] Pouco. A principal é a reunião de pais e a participação no Conselho de Escola. Agora nós temos a CPA (Comissão Própria de Avaliação) onde tem professor, aluno e pais. Então acho que são essas as principais em que a gente tem a participação dos pais. [Quando são as reuniões da CPA e Conselho?] O Conselho não tem se reunido, mas a CPA sim. Ontem, terça-feira, teve uma reunião aqui, mas não com pais, foi professor e aluno. A gente está tendo uma problemática de limpeza e a CPA está tentando interferir (Entrevista, EC, Gestor 1).
>
> [Você sabe se a escola e a comunidade tem alguma proximidade, alguma ação conjunta, alguma atividade conjunta?] Eu não sei, porque como tem o Conselho de Escola e a comunidade tem uma parte de pessoas que faz parte... Eu não sei como funciona (Entrevista, EC, Professor 5).
>
> ED:
>
> [Em sua opinião a comunidade quer participar da escola?] Alguns participam sim, do Conselho de Escola, mas é meio difícil (Entrevista, ED, Funcionário 1).
>
> [Há pedidos/iniciativa da comunidade para estar na escola?] Até semana passada não sentia, mas agora que a gente ativou a CPA a gente percebe que tem pais que se colocam mais a vontade para falar aquilo que está sentindo. Então no Conselho de Escola teve algumas participações interessantes de algumas mães que são da CPA também, na questão da participação da comunidade mesmo. Primeiro se iniciou com a definição se iria ter ou não festa junina e elas achavam por bem que deveria ter a festa por ser a única que envolve a comunidade. Elas solicitaram que tivesse mais festas envolvendo os pais além das mostras, porque as mostras são de trabalho [de aluno], por isso pediram que tivesse festas e que pedíssemos a colaboração dos pais, elas disseram que precisa ter bolinho, refrigerante e que era só pedir que elas ajudariam [...] (Entrevista, ED, Gestor 1).
>
> [Há pedidos/iniciativa da comunidade para estar na escola?] Tem o pessoal participando da CPA. Poderia haver mais, mas não tem tanto não (Entrevista, Escola 4 – Professor 6).

Especificamente em relação ao Conselho de Escola, sua real atuação é mais visível na escola EA, a qual mantém praticamente os mesmos membros em ambas as

instâncias participativas, faz reuniões frequêntes, com agenda definida e utiliza o espaço da reunião do Conselho para as diferentes decisões tomadas pela escola, desde aceitação da presente pesquisa e decisões acerca de eventos e projetos, até aprovação de gastos e orçamento.

> Eu estava conversando com o diretor e em relação ao prédio da escola ele comentou que queria mais reformas, pois não estava bom. Ele disse que um exemplo disso eram os banheiros que precisavam de reforma urgentemente. Contou que pensou em pegar um pouco por mês do caixa da escola e destinar para isso, mas quando foi passar pelo Conselho não foi aprovado, pois eles entendem que a prefeitura tem a responsabilidade de fazer este trabalho. [...] (Diário de Campo, EA, 10/08/2010).
>
> O diretor me contou que o Conselho organizou a venda de pizzas para arrecadar dinheiro para as novas roupas do grupo de fanfarra da escola (Diário de Campo, EA, 23/08/2010).

A escola EB cita a existência do Conselho e sua ação em relação a decisões da escola, mas com menor destaque que a Comissão Própria de Avaliação, sendo que durante nossa pesquisa de campo observamos com maior frequência ações da CPA.

Já as escolas EC e ED também citam a existência do Conselho de Escola, mas nos parece, pela observação, que o espaço é utilizado mais em decorrência da demanda de sua existência e assim para "legalização" das ações que como local de trabalho e discussão da/na escola.

Interessante notar que mesmo sem uma atuação mais concreta em relação à abertura de espaços para participação e acolhimento do entorno, sujeitos tanto da escola EC, quanto da escola ED percebem que a participação depende também da abertura que a escola dá ao seu entorno, já que ao movimentar e realmente possibilitar a entrada de pessoas do entorno, em especial as famílias, nas instâncias de participação e outras ações a escola possibilitaria uma integração maior, o que não ocorre se as pessoas não possuem espaço para isso ou incentivo, havendo um papel fundamental a ser desempenho pela instituição.

> EC:
>
> [Você acha que a escola tem ações que promovem a participação da comunidade?] [...] Eu acho que às vezes falta algumas iniciativas maiores no caso da escola para que de repente promova mais. Chamar os pais para escola... [...] (Entrevista, EC, Gestor 2).
>
> [Há pedidos/iniciativa da comunidade para estar na escola?] Esta é uma grande questão, porque este é o sonho de toda a escola: ver a comunidade envolvida e

> querendo participar. No ano passado comecei a conversar com o diretor para fazer reuniões com os grupos de pais das crianças com dificuldade. Ele fez uma dessas reuniões e eu achei muito positivo, apesar de não ter um bom grupo em relação à sala individualmente, teve um bom grupo no total. A gente fez muitas orientações, mas acho que para envolver mais falta muito da nossa postura, de a gente pensar outras estratégias para aproximá-los mais e nisso a escola deixa a desejar. Porque esperar partir deles, eles não dão conta nem da realidade familiar deles (Entrevista, ED, Professor 2).
>
> ED:
>
> [Falando da participação de mães ao ser aberto o espaço da CPA] [...] Então neste momento eu senti que teve [participação] e que foi por conta da abertura que se deu e de um pouco de conscientização, possibilitando que elas se sentissem mais a vontade para se colocarem (Entrevista, ED, Gestor 1).
>
> [...] Quando você pega uma comunidade para formar o Conselho de Escola a primeira coisa que você deveria fazer seria formar o conselheiro. Formar as pessoas sobre o que é o Conselho, porque senão você coloca um monte de gente lá para falar "sim", porque vai um lá que tem uma tese que defenda, estudado, professor, e diz que a ideia é colocar tanto dinheiro aqui, tanto ali e pergunta quem aprova e todos dizem "sim". Então você tem que formar, como já teve na cidade, conselheiros onde você chama os pais e alunos e eles vão se formar [...] (Entrevista, ED, Líder Comunitário).

Essas observações nos levam a refletir sobre as razões da não efetivação desses espaços oficiais em escolas em que ao menos alguns sujeitos refletem sobre a importância do papel da instituição para garantir uma participação vista e reconhecida como importante meio para melhoria da escola, pois, concordando com os sujeitos citados, lembramos do que Paro (2007b, p 16-17) nos alerta:

> É aqui que entra a questão da participação da população na escola, pois dificilmente será conseguida alguma mudança se não se partir de uma postura positiva da instituição com relação aos usuários, em especial pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, numa palavra, de participação na vida da escola.

De forma geral, embora todas as escolas declarem possuir instâncias de participação com representantes das famílias, a maior participação/atuação parece ser realizada nas escolas EA e EB, embora concordemos com Demo (1993, p. 18) quando afirma que a "participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir", o que nos leva à percepção de que

ainda há muito que fazer para que um grupo ainda maior possa tomar as escolas em suas mãos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Haver espaços colegiados garantidos para a busca da efetivação da gestão democrática, passo que nos parece fundamental para a conquista da qualidade social almejada para nossas instituições de ensino, não se efetiva como igual garantia de ocupação desse espaço pelos sujeitos envolvidos no processo.

Parece haver outras determinações que agem conjuntamente para que determinadas instituições construam um percurso mais ou menos democrático em que se utilizem de suas instâncias de participação para efetiva ação na realidade e construção coletiva de alternativas para os problemas vividos e demandas internas e externas para resolução.

Seria o espaço habitado e a existência de uma vivência democrática neste, como associações e coletivos organizados, uma variável facilitadora da tomada dos espaços ofertados pela escola como de efetiva ação? Seria o perfil da gestão o que determinaria a possibilidade dessa construção mais democrática? Seria o nível socioeconômico e cultural do entorno determinante para subsidiar estes sujeitos no diálogo com a escola e ocupação destes espaços? Por hora temos apenas alguns indícios que nos levam à hipótese de que ambas as organizações (da escola e sua abertura ao entorno e do entorno e sua formação cultural, política e socioeconômica) são influenciadores, havendo a necessidade de uma apropriação maior dos diversos fatores ora levantados para compor uma análise mais aprofundada da questão.

Interessa-nos, todavia destacar que pelos dados analisados nos parece que a localização das escolas e as características da população atendida são fatores possivelmente reveladores, assim como que as escolas se abrirem para esta participação se configura como fator fundamental para que o entorno, em especial as famílias dos alunos, possa estar presente e atuar em parceria para melhoria e desenvolvimento de ações na e para a escola, já que a própria organização e ação da escola parecem ser decisivos para a possibilidade de ocupação do espaço legalmente aberto.

Como afirma Paro (2007a, p. 116):

> [...] No segundo caso (envolvimento da comunidade nos assuntos da escola), trata-se de tornar a unidade escolar um lugar agradável e atrativo a seus usuários diretos e indiretos, dotando-a dos competentes mecanismos de participação capazes de atrair pais e demais componentes da comunidade externa, na convicção de que sua participação é não apenas um direito de participação no controle democrático do Estado nos serviços que este oferece à população, mas também uma necessidade da escola, se esta quer fazer-se de fato educativa.

Tomando a escola como instituição democrática, ao menos pretensamente, nos parece essencial que a participação dos diversos segmentos, possa efetivamente ocorrer, tanto dos diversos profissionais da escola e seus alunos, quanto do entorno escolar, o que certamente tem nos espaços colegiados campo fecundo para acontecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, M. **Colegiado Escolar**: espaço de participação da comunidade, São Paulo: Cortez, 2003

ALGEBAILE, M E B. **Um passaporte para a palavra**: a participação nos conselhos escola-comunidade. 180p. Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2002.

AREDES, A P J. As **Instâncias de Participação e a Democratização da Escola Pública**. 157p. Doutorado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/Marília, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: maio de 2012.

CAMPINAS. **Lei nº 6.662/91**. Campinas-SP, 1991. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6662.htm. Acesso em: maio de 2012.

CAMPINAS. RESOLUÇÃO SME Nº 05/2008. **Diário Oficial**. Nº 9.402 - Ano XXXVIII. Campinas-SP, 2008. Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/uploads/1034499734.pdf. Acesso em: maio de 2012.

CARDOSO, J P B C. A gestão democrática e o conselho escolar: tutela ou participação autônoma? **25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0375.pdf. Acesso em: maio de 2012.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1993.

FERRÃO, M E; BELTRÃO, K I; SANTOS, D P. Políticas de não-repetência e qualidade da educação: evidências obtidas a partir da modelagem dos dados da 4ª série do Saeb-99. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.26, p.47-73, jul.-dez. 2002. Disponível em: http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1179/1179.pdf. Acesso em: Maio de 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, L C. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007.

FREITAS, L C. A internalização da exclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 299-325, setembro/2002. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: janeiro de 2012.

FREITAS, L C [*et al.*]. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRIGOTTO, G. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In SILVA, T T e GENTILI, P. **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, D S. **Democratização do Brasil e das Instituições**: um estudo de caso de Conselho Escola-Comunidade. 120p. Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2005.

LIMA, L. **A escola como organização e a participação na organização escolar**. Porto-Portugal: Ed. Universidade do Minho, 1998.

MORAES, M C M. Qual o lugar do Conselho de Escola no esforço coletivo de melhoria da educação? In SORDI, M R L; SOUZA, E S S (orgs.). **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública:** a rede municipal de Campinas como espaço aprendizagem. Campinas-SP: Millennium Editora, 2009.

OLIVEIRA, R P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade.** Vol.28, n.100 - Especial, pp. 661-690, out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf. Acesso em: maio de 2012.

PARO, V H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007a.

PARO, V H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007b.

PARO, V H. Educação para democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho, Braga-Portugal. Vol.13, n1, pp.23-38, 2000. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=37413103. Acesso em: fevereiro de 2012.

SILVA, M A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**. Campinas: v 29, n 78, p. 216-226, maio/agosto de 2009. Disponível em: http//www.cedes.unicamp.br. Acesso em: Fevereiro de 2012.

SORDI, M R L. Comissão Própria de Avaliação: uma estratégia para a mobilização dos atores da escola e a construção de um pacto de qualidade negociada. In SORDI, M R L; SOUZA, E S S (orgs.). **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública:** a rede municipal de Campinas como espaço aprendizagem. Campinas-SP: Millennium Editora, 2009.

SOUZA, E S S; ANDRADE, M R S. A Avaliação Institucional na rede municipal de educação de Campinas: recuperação das marcas históricas. In SORDI, M R L; SOUZA, E S S (orgs.). **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública:** a rede municipal de Campinas como espaço aprendizagem. Campinas-SP: Millennium Editora, 2009.

ZARGIDSKY, D S. **A Participação do Conselho Escola**: comunidade na Gestão Escolar Colegiada. 105p. Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.